

# Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No semestre, o Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 34,7 milhões, correspondente a R\$ 13,50 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 2,3 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,5 bilhões.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.  
Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>862.563</b>	<b>485.585</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>99.458</b>	<b>21.448</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	DEPÓSITOS (Nota 9a)	80.559	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	635.423	289.136	Depósitos Interfinanceiros	80.559	-
Aplicações no Mercado Aberto	13.217	8.644	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.899	21.448
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	622.206	280.492	Sociais e Estatutárias (Nota 12c)	329	681
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	8.844	18.680	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	17.920	20.587
Carteira Própria	-	10.234	Diversas (Nota 11b)	650	180
Vinculados à Prestação de Garantias	8.844	8.446			
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	2	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>56.176</b>	<b>88.362</b>
Transferências Internas de Recursos	-	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	56.176	88.362
OUTROS CRÉDITOS	218.294	177.754	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	45.041	73.678
Rendas a Receber (Nota 7a)	156.285	151.494	Diversas (Nota 11b)	11.135	14.684
Diversos (Nota 7b)	62.009	26.260			
OUTROS VALORES E BENS	-	11	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.305.626</b>	<b>2.225.686</b>
Outros Valores e Bens	52	56	Capital:		
Provisões para Desvalorizações	(52)	(56)	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.350.000	1.350.000
Despesas Antecipadas	-	11	Reservas de Lucros (Nota 12b)	955.162	875.102
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>432.505</b>	<b>429.564</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	464	584
OUTROS CRÉDITOS	432.505	429.564			
Diversos (Nota 7b)	432.505	429.564	<b>TOTAL</b>	<b>2.461.260</b>	<b>2.335.496</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.166.192</b>	<b>1.420.347</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.166.192	1.420.347			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.161.085	1.415.240			
Outros Investimentos	25.872	25.872			
Provisões para Perdas	(20.765)	(20.765)			
<b>TOTAL</b>	<b>2.461.260</b>	<b>2.335.496</b>			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.522</b>	<b>38.673</b>
Operações de Crédito	69	65
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.453	38.608
<b>DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>10.179</b>	<b>(33)</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 9b)	10.179	-
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(33)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(6.657)</b>	<b>38.706</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>30.043</b>	<b>43.917</b>
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(4.126)	(3.386)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(19.041)	(1.773)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(791)	(2.055)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	76.718	55.019
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	19.710	6.327
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(42.427)	(10.215)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>23.386</b>	<b>82.623</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)</b>	<b>-</b>	<b>10</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>23.386</b>	<b>82.633</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)</b>	<b>11.302</b>	<b>(10.978)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>34.688</b>	<b>71.655</b>
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275.469	2.569.275.469
Lucro por lote de mil ações em R\$	13,50	27,89

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária				
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>1.300.000</b>	<b>51.915</b>	<b>1.302.213</b>	<b>353</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.654.481</b>
Aumento de Capital com Reservas	50.000	-	(50.000)	-	-	-	-
Dividendos Declarados	-	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	231	-	-	231
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	71.655	71.655
Destinações: - Reservas	-	3.583	67.391	-	-	(70.974)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(681)	(681)
<b>Saldos em 30.6.2014</b>	<b>1.350.000</b>	<b>55.498</b>	<b>819.604</b>	<b>584</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.225.686</b>
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>1.350.000</b>	<b>57.805</b>	<b>862.998</b>	<b>552</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.271.355</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(88)	-	-	(88)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	34.688	34.688
Destinações: - Reservas	-	1.734	32.625	-	-	(34.359)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(329)	(329)
<b>Saldos em 30.6.2015</b>	<b>1.350.000</b>	<b>59.539</b>	<b>895.623</b>	<b>464</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.305.626</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	23.386	82.633
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.377)	(53.232)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(76.718)	(55.019)
Amortizações de Aço	8.151	-
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(33)
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	(8.198)	1.830
Reversão de Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	-	(12)
Outras Provisões	33.388	2
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>(19.991)</b>	<b>29.401</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(622.206)	477.538
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	(5.284)
Redução em Relações Interdependências	50	979
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	110.052	5.109
Redução em Operações de Crédito	-	334
Redução em Depósitos	(89.822)	-
Redução em Outras Obrigações	(13.167)	(8.443)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.217)	(11.217)
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>(637.548)</b>	<b>488.417</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Redução de Capital em Dinheiro de Investida	216.755	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	10
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Controladas	409.517	952
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos</b>	<b>626.272</b>	<b>962</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(1.119)	(501.229)
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(1.119)</b>	<b>(501.229)</b>
<b>Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(12.395)</b>	<b>(11.850)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	25.614	20.496
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	13.219	8.646
<b>Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(12.395)</b>	<b>(11.850)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2015		2014	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>(19.195)</b>	<b>(67,9)</b>	<b>34.828</b>	<b>39,5</b>
1.1) Intermediação Financeira	3.522	12,4	38.673	43,9
1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	33	-
1.3) Outras	(22.717)	(80,3)	(3.878)	(4,4)
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(10.179)</b>	<b>(36,0)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(10.890)</b>	<b>(38,4)</b>	<b>(1.773)</b>	<b>(2,0)</b>
Propaganda, Promoções e Publicidade	(100)	(0,3)	(137)	(0,2)
Serviços Técnicos Especializados	(10.752)	(38,0)	(1.590)	(1,8)
Processamento de Dados	(3)	-	(3)	-
Comunicação	(4)	-	(17)	-
Transporte	(9)	-	(7)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(19)	(0,1)	(19)	-
Outros	-	-	-	-
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>(40.264)</b>	<b>(142,3)</b>	<b>33.055</b>	<b>37,5</b>
<b>5 - DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(8.151)</b>	<b>(28,8)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>(48.415)</b>	<b>(171,1)</b>	<b>33.055</b>	<b>37,5</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>76.718</b>	<b>271,1</b>	<b>55.019</b>	<b>62,5</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	76.718	271,1	55.019	62,5
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>28.303</b>	<b>100,0</b>	<b>88.074</b>	<b>100,0</b>
<b>9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO</b>	<b>28.303</b>	<b>100,0</b>	<b>88.074</b>	<b>100,0</b>
9.1) Pessoal	3.843	13,5	3.150	3,5
Proventos	1.260	4,4	1.050	1,2
Benefícios	2.583	9,1	2.100	2,3
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(10.228)	(36,1)	13.269	15,1
Federais	(10.228)	(36,1)	13.269	15,1
9.3) Remuneração de Capitais Próprios	34.688	122,6	71.655	81,4
Dividendos	329	1,2	681	0,8
Lucros Retidos	34.359	121,4	70.974	80,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista" ou "Instituição") é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.  
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

**b) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.  
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**e) Títulos e valores mobiliários - classificação**  
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e  
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;  
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para o segmento financeiro.  
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.  
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.  
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativamente, estão apresentados na Nota 20.

**g) Investimentos**  
Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.  
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.  
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:  
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e  
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

**8) INVESTIMENTOS**  
**a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".**

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (4)	Lucro líquido	Valor contábil		Ajuste decorrente de	
----------	-----------------------------	--	---	--	--------------------------------------	---------------	----------------	--	----------------------	--

# Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Ações e cotas	9.724	9.724
Títulos patrimoniais	42	42
Títulos patrimoniais	1.547	1.547
<b>Subtotal</b>	<b>25.872</b>	<b>25.872</b>
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas	(9.724)	(9.724)
Provisão para perdas em outros investimentos	(509)	(509)
<b>Subtotal</b>	<b>(20.765)</b>	<b>(20.765)</b>
<b>Total</b>	<b>5.107</b>	<b>5.107</b>

### 9) DEPÓSITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Total		2015	2014
Depósitos interfinanceiros	1 a 30 dias	91 a 180 dias	2015	2014
Total em 2015	-	80.559	80.559	-
Total em 2014	-	80.559	80.559	-

### b) Despesas com depósitos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	10.179	-
<b>Total</b>	<b>10.179</b>	<b>-</b>

### 10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

#### III - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do semestre	1.077	13.939
Constituições líquidas de reversões e baixas	(1.999)	(8.028)
Atualização monetária	770	159
Pagamentos	(2.313)	-
<b>Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 11)</b>	<b>11.135</b>	<b>6.070</b>
<b>Saldo no final do 1º semestre de 2014 (Nota 11)</b>	<b>14.684</b>	<b>13.831</b>

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

#### 11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher (1)	56.198	74.080
Provisões fiscais (Nota 10b - III)	6.070	13.831
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	5.492
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 20c)	693	862
<b>Total</b>	<b>62.961</b>	<b>94.265</b>

(1) Inclui R\$ 55.881 mil (2014 - R\$ 73.606 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2009 (Nota 21a).

##### b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões cíveis (Nota 10b - III)	11.135	14.684
Provisões para pagamentos a efetuar	541	-
Outras	109	180
<b>Total</b>	<b>11.785</b>	<b>14.864</b>

#### 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2014 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

##### b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	955.162	875.102
- Reserva legal (1)	59.539	55.498
- Reserva estatutária (2)	895.623	819.604

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

##### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	34.688	71.655
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(1.734)	(3.583)
<b>Base de cálculo</b>	<b>32.954</b>	<b>68.072</b>
Dividendos propostos	329	681
<b>Valor em relação ao lucro líquido ajustado</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>
<b>Valor em Reais por lote de mil ações</b>	<b>0,13</b>	<b>0,27</b>

#### 13) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Benefícios	2.583	2.100
Proventos	1.260	1.050
Encargos sociais	283	236
<b>Total</b>	<b>4.126</b>	<b>3.386</b>

#### 14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços técnicos especializados	10.752	1.590
Amortização de ágio	8.151	-
Propaganda, promoções e publicidade	100	137
Serviços do sistema financeiro	7	7
Transporte	4	17
Comunicação	3	3
Processamento de dados	3	-
Outras	19	19
<b>Total</b>	<b>19.041</b>	<b>1.773</b>

#### 15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e taxas	503	7
Contribuição à COFINS	248	1.762
Contribuição ao PIS	40	286
<b>Total</b>	<b>791</b>	<b>2.055</b>

#### 16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras receitas financeiras (1)	11.257	6.274
Reversão de provisões operacionais	8.392	53
Outras	61	-
<b>Total</b>	<b>19.710</b>	<b>6.327</b>

(1) Inclui R\$ 3.012 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

#### 17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões operacionais (1)	33.388	-
Outras despesas financeiras	8.826	8.493
Outras cíveis	-	1.711
Outras	213	11
<b>Total</b>	<b>42.427</b>	<b>10.215</b>

(1) Provisão para valores a receber de liquidação duvidosa (Nota 7b).

#### 18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(2)
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	-	12
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>10</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

**Banco Boavista Interatlântico S.A.**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

#### 19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	622.206	280.492	2.206	37.463
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
Banco Bradesco S.A.	13.217	8.644	721	470
<b>Captações em depósitos interfinanceiros:</b>				
Banco Bradesco S.A.	(80.559)	-	(10.179)	-
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>				
Banco Bradesco S.A.	(329)	(681)	-	-
Banco Bradesco BBI S.A.	4.791	-	824	-
Tibre Holdings Ltda.	151.494	151.494	-	-

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a manter Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.500 mil (2014 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil (2014 - R\$ 5.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

#### Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	1.260	1.050
Contribuição ao INSS	283	236
<b>Total</b>	<b>1.543</b>	<b>1.286</b>

#### Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.583	2.100
<b>Total</b>	<b>2.583</b>	<b>2.100</b>

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
  - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
  - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

#### 20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23.386	82.633
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente ...	(9.354)	(33.053)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas e controladas	30.687	22.008
Despesas indebitáveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.186)	(1.705)
Juros sobre capital próprio recebidos	(329)	-
Outros valores	7.516	1.772
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>11.302</b>	<b>(10.978)</b>

##### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b>	<b>703</b>	<b>(7.725)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	4.565	673
<b>Utilização de saldos iniciais de:</b>		
Base negativa de contribuição social	1.722	(1.472)
Prejuízo fiscal	4.312	(2.454)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>10.599</b>	<b>(3.253)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>11.302</b>	<b>(10.978)</b>

##### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2015
Provisões cíveis	6.538	63	2.083	4.498
Provisões fiscais	4.825	44	2.157	2.732
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.438	5.451	-	6.889
Provisão para desvalorização de bens não de uso	27	-	1	26
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1	-	-	1
Ágio amortizado	543	3.260	-	3.803
Outros	1.792	41	53	1.780
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>15.164</b>	<b>8.859</b>	<b>4.294</b>	<b>19.729</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	6.220	6.034	-	12.254
<b>Total dos créditos tributários (Nota 7b)</b>	<b>21.384</b>	<b>14.893</b>	<b>4.294</b>	<b>31.983</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a)</b>	<b>711</b>	<b>480</b>	<b>498</b>	<b>693</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>20.673</b>	<b>14.413</b>	<b>3.796</b>	<b>31.290</b>

##### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil				
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal de renda	Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	Total
2015	1.654	913	382	124	3.073
2016	4.266	2.219	1.354	627	8.466
2017	5.738	2.482	591	317	9.126
2018	1.546	383	3.563	1.822	7.314
2019	332	198	2.278	1.026	3.834
2020	-	-	134	36	170
<b>Total</b>	<b>13.534</b>	<b>6.195</b>	<b>8.302</b>	<b>3.952</b>	<b>31.983</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 29.710 mil (2014 - R\$ 20.978 mil), sendo R\$ 18.593 mil (2014 - R\$ 13.777 mil) de diferenças temporárias e R\$ 11.116 mil (2014 - R\$ 7.196 mil) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

Todos os créditos tributários do Boavista foram devidamente ativados.

##### e) Obrigações fiscais diferidas

A Sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 693 mil (2014 - R\$ 862 mil) relativa à atualização monetária de depósitos judiciais.

#### 21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Por força do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Integração Empresarial e Outros Pactos, de 7 de julho de 2000, firmado com o Banco Bradesco S.A., os ex-controladores do Banco Boavista, julgaram oportuno o exercício da opção para aderir ao PAES, objetivando o parcelamento de débitos tributários e previdenciários junto à Instituição, por eles garantidos, os quais vinham sendo questionados nas esferas administrativa e judicial, no montante de R\$ 165.340 mil, conforme faculdade instituída pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2009.